



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)


ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***Nuno Vila-Santa, D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas Políticas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos, Lisboa, CHAM, 2011, 202 pp. ISBN: 9789898492074***

Rodrigo Ricupero 

---

### Como Citar | How to Cite

Ricupero, Rodrigo. 2012. «Nuno Vila-Santa, D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas Políticas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos, Lisboa, CHAM, 2011, 202 pp. ISBN: 9789898492074». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 493-495.  
<https://doi.org/10.57759/aham2012.37188>.

### Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

### Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas Políticas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011, 202 pp. ISBN: 9789898492074.

A virada da primeira para a segunda metade do século XVI foi crucial para o império português. Os desafios eram enormes e exigiam respostas imediatas; além disso, era necessário escolher onde empregar os recursos humanos e financeiros. Num cenário até havia pouco tempo inimaginável, o monarca português, a par das questões internas ao reino ou mesmo europeias, era obrigado a tomar posição sobre acontecimentos que ocorriam por todo o globo, do Ocidente ao Oriente; eram, enfim, as exigências de um império global ainda em formação. Nesse contexto, três áreas exigiram especial atenção: a região de Marrocos, o Índico e o Brasil.

No Marrocos, a crescente afirmação do poder dos Sáadidas em face do sultão de Fez e a presença turca foram uma constante fonte de preocupações, requerendo um empenho ainda maior da Coroa e o seu constante envio de homens e suprimentos, situação que levaria a uma redefinição da presença portuguesa na região, com o abandono de parte das cidades conquistadas.

No Oriente, no momento da morte do vice-rei D. João de Castro, em 1548, levantam-se questões fundamentais: a ameaça turca, a luta pelo território em torno de Goa, o problema do abastecimento da pimenta para a Carreira da Índia – que desembocaria na chamada «guerra da pimenta» –, a política para o Ceilão e, um pouco depois, os novos desafios do Extremo Oriente, como, por exemplo, o cerco de Malaca, em 1551, e o estabelecimento dos Portugueses em Macau, em 1555.

No Brasil, a década de 1540 foi marcada pela crescente resistência indígena contra a presença portuguesa – com ataques por toda a costa, de Pernambuco a São Vicente, inclusive com a destruição da capitania da Baía e a morte do seu donatário –, obrigando a uma nova orientação da Coroa, que, em 1548, com a instituição do Governo-Geral e o envio do primeiro governador, Tomé de Souza, assumiria um papel preeminente na região, até então relegada aos donatários.

Esse é o grande pano de fundo do trabalho aqui resenhado, o livro de Nuno Vila-Santa intitulado *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas Políticas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos*, editado pelo Centro de História de Além-Mar, em 2011.

O livro cruza aspectos biográficos de D. Afonso de Noronha, incluindo as estratégias da sua família no intrincado jogo de poder da corte, com o estudo da atuação desta personalidade em duas áreas do império. Trata-se, assim, do período em que ele foi capitão de Ceuta, em Marrocos, entre 1538 e 1549, vice-rei do Estado da Índia entre 1550 e 1554, e novamente capitão de Ceuta, de 1557 a 1564.

Relacionando, dessa forma, a ação do indivíduo com as grandes questões geopolíticas do período, o livro traz uma contribuição valiosa para o estudo do império português e de seus agentes. Soma-se ao movimento historiográfico que tem procurado trazer de volta para a história a ação dos homens, em graus variados na hierarquia social, que, mesmo enquanto agentes da Coroa, tinham seus próprios interesses, nem sempre os mesmos da monarquia, mas também não necessariamente opostos. A obra contribui, assim, para uma melhor compreensão do império português em sua totalidade histórica.

Resgata-se o papel dos indivíduos (que muitas vezes acabava escondido debaixo do estudo das grandes estruturas), sem, contudo, voltar aos estudos de tipo laudatório muito em voga em meados do século XX e, em muitos casos, ligados aos interesses de Estado.

Neste sentido, a trajetória de D. Afonso de Noronha é emblemática. Em um momento crucial para o império, a Coroa, ciente da impossibilidade material e humana, tem de optar entre dois «modelos» de expansão imperial, o «velho», ligado ao espírito cruzadís-

tico de continuar a reconquista contra o infiel no Marrocos, e o «novo», mais comercial, da expansão para o Oriente, exemplificado no título adotado por D. Manuel de «senhor da navegação, da conquista e do comércio». A Coroa opta por priorizar o segundo, sem, contudo, abandonar completamente o primeiro.

D. Afonso de Noronha, primeiramente capitão de Ceuta e figura central do projeto português no Marrocos, é conduzido ao posto de vice-rei da Índia, sendo depois reconduzido ao Marrocos, novamente como capitão de Ceuta, o que lhe causaria certo desgosto; afinal, depois do vice-reinado, ele próprio se julgaria «digno de mais do que do cargo de mero capitão de Ceuta» (p. 151). Tal trajetória de D. Afonso de Noronha poderia ser vista como representativa do choque entre essas duas opções. A própria ação de Noronha na região norte-africana terminaria simbolicamente, depois da tentativa abortada de conquista da região do Seinal, última esperança para a manutenção de Arzila e Alcácer-Ceguer, que acabariam abandonadas em 1550, sinalizando a nova orientação da Coroa, ou, nas palavras do autor, que o «Marrocos viesse a ser a zona do Império sacrificada em prol das restantes» (p. 37). Daí ser também emblemática a escolha do comandante da fracassada conquista do Seinal para o mais importante posto do império, o de vice-rei da Índia (p. 56).

Resumidamente, tal embate, que, de certa maneira, começaria com a decisão de D. João III de abandonar parte das cidades conquistadas em Marrocos, dando prioridade à conquista do Oriente e à ocupação do Brasil (a criação do Governo-Geral ocorre 1548 e a fundação de Salvador em 1549), não sem um grande debate de «opinião pública»<sup>1</sup>, teria como desfecho a tragédia de D. Sebastião em Alcácer-Quibir em 1578. Porém, a presença portuguesa no Marrocos só seria encerrada definitivamente com o abandono de Mazagão e a transferência da sua população para o Norte do Brasil, já no período pombalino<sup>2</sup>.

Se, como vimos, a saída de D. Afonso de Noronha no Marrocos era marcada pela retirada das forças portuguesas, a chegada ao Oriente era marcada por outro signo. Ainda que as dificuldades fossem muitas, Portugal continuaria a se impor, derrotando as armas turcas, como na batalha naval de 1554 (p. 92), e, ainda que com derrotas e fracassos pontuais, se manteria como a grande força marítima, controlando parte importante dos principais pontos estratégicos do Índico e estendendo sua penetração até ao Extremo Oriente, até às primeiras décadas do século XVII, quando, com a chegada dos novos rivais europeus, especialmente os Holandeses, o quadro se alteraria.

Qual o balanço do período de governo de D. Afonso de Noronha? Seria este marcado pela chamada «crise» de meados de Quinhentos? Seria possível definir dessa forma um «período recheado de vitórias militares» (p. 17)? Naquela que é provavelmente a melhor parte do livro, Nuno Vila-Santa questiona até que ponto se pode falar em tempos de «crise» nesse período e também acaba por chamar a atenção para, em palavras minhas, um abuso do termo «crise». Afinal, a «crise» de meados de Quinhentos teria ocorrido em um período posterior ao governo de D. João de Castro (1545-1548), que também governara «num tempo de “crise” político-militar, bem semelhante à que o Noronha enfrentou nos anos de 1551-1552» (pp. 135-136) e anterior à «crise» de 1565-1575.

Analisando a questão do ponto de vista político-militar, econômico-financeiro e dos «valores», o autor mostra as dificuldades de um império ainda em conformação e os dilemas de um vice-rei que «tencionava, para além de ser o agente de uma política cen-

---

<sup>1</sup> Sobre o debate, veja-se Maria Leonor García da CRUZ, *As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África*, separata de *Mare Liberum*, n.º 13, Lisboa, CNCDP.

<sup>2</sup> Sobre o tema, entre outros, veja-se Laurent VIDAL, *Mazagão, La città che attraversò l'atlantico*, Milano, Bruno Mondadori, 2006.

tralizadora ao serviço do rei» (p. 135), governar não «à Nuno da Cunha», concentrado na administração do Estado, como o rei lhe indicara, mas «à D. João Castro», ou seja, obtendo uma série de vitórias militares. No fundo, a questão central era definir a estratégia adequada para impor o domínio militar português, garantindo o controle do comércio em benefício da Rota do Cabo, articulando ainda os objetivos da Coroa com os interesses particulares dos próprios portugueses que andavam pelo Oriente. Tarefa complexa, pois tais interesses nem sempre andavam no mesmo sentido. Daí as constantes oposições encontradas pelos governadores do Estado da Índia, percebidas na correspondência enviada ao monarca e representativas desse choque de interesses.

O ambiente de «crise» revelado na documentação estudada pelo autor, como, por exemplo, nas cartas de D. Afonso de Noronha e de outros oficiais e fidalgos, refletiria as clivagens entre o vice-rei ansioso por «que o monarca o investisse de maiores poderes», para, em sua perspectiva, superar as dificuldades, e os que ansiavam por maior liberdade de ação (p. 135), fato que pode ser exemplificado na incapacidade do vice-rei «para conter os abusos» dos capitães de Ormuz, Diu, Baçaim, Malaca e Sofala (p. 134).

Retomando o balanço do governo de D. Afonso de Noronha, Nuno Vila-Santa mostra que, do ponto de vista militar, após, por exemplo, a vitória contra a armada de Seydi Ali Reis, em 1554, e a conquista de Damão, em 1559, a situação «estava bem mais consolidada no final do vice-reinado de D. Afonso de Noronha do que à morte de D. João de Castro» (p. 139).

Apenas no que toca a questão econômica, para o autor, poder-se-ia pensar em um quadro de «crise», embora Vila-Santa considere «tratar-se de uma conjuntura decorrente dos ciclos econômicos, a qual foi superada a curto trecho pelas políticas de Francisco Barreto» (p. 139).

Por fim, do ponto de vista dos «valores», no sentido que Diogo do Couto destaca em seus trabalhos, com todo o conjunto de abusos, prepotências e corrupção, Nuno Vila-Santa aponta corretamente que tais problemas já estavam presentes desde o começo da conquista do Oriente e que «uma certa nostalgia da fase inicial do Estado da Índia» teria contribuído para «acentuar essa imagem» (p. 136), a qual, portanto, deve ser matizada.

Nuno Vila-Santa conclui que a «crise», tanto para o governo de D. João de Castro, como para D. Afonso de Noronha, «teve um claro sentido: o da maturação, reformulação e afirmação de novos rumos». Concordamos com o autor que é preciso matizar a imagem de «crise» de meados de Quinhentos, e talvez também a de outros períodos, e recordamos que o desmoronamento do grande império oriental português no século XVII também levou os contemporâneos e, mais tarde, a própria historiografia a procurar as causas do que parecia ser um processo de decadência sem remissão. Cada período de dificuldades, inevitáveis naquele quadro, é lido, muitas vezes, como o princípio do fim. Se lembrarmos que Martim Afonso de Sousa, antecessor de D. João de Castro no governo do Estado da Índia, dizia a D. João III que «a Índia, Senhor, se não pode suster sem duas coisas: paz com nossos vizinhos e guerra com os que não são»<sup>3</sup>, talvez possamos entender que os possíveis períodos de «crise» fossem, na verdade, épocas de relativa normalidade, condicionadas pela maior ou menor quantidade de vitórias ou de derrotas – não apenas militares – dos Portugueses no Oriente.

RODRIGO RICUPERO  
(Universidade de São Paulo)

---

<sup>3</sup> «Carta para o Rei, datada de Cochim, 24 de Dezembro de 1536», in LUÍS de ALBUQUERQUE (org.), *Martim Afonso de Sousa*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 48.